

Pompeu, João Cláudio; Luís Carlos Garcia de Magalhães; Carla Rodrigues Costa de Araújo; Joel, Yannick Kolai Zagbai

Working Paper

Tipologias de estrutura de classe no Brasil: Discussão teórica, proposta metodológica e implicações para as políticas públicas

Texto para Discussão, No. 2592

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Pompeu, João Cláudio; Luís Carlos Garcia de Magalhães; Carla Rodrigues Costa de Araújo; Joel, Yannick Kolai Zagbai (2020) : Tipologias de estrutura de classe no Brasil: Discussão teórica, proposta metodológica e implicações para as políticas públicas, Texto para Discussão, No. 2592, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td2592>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/240786>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

TEXTO PARA **DISCUSSÃO**

2592

**TIPOLOGIAS DE ESTRUTURA DE CLASSE NO
BRASIL: DISCUSSÃO TEÓRICA, PROPOSTA
METODOLÓGICA E IMPLICAÇÕES PARA AS
POLÍTICAS PÚBLICAS**

**João Cláudio Pompeu
Luis Carlos Garcia Magalhães
Carla Rodrigues Costa de Araújo
Kolai Zagbai Joel Yannick**



TIPOLOGIAS DE ESTRUTURA DE CLASSE NO BRASIL: DISCUSSÃO TEÓRICA, PROPOSTA METODOLÓGICA E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

João Cláudio Pompeu¹
Luis Carlos Garcia Magalhães²
Carla Rodrigues Costa de Araújo³
Kolai Zagbai Joel Yannick⁴

-
1. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. *E-mail*: <joao.pompeu@ipea.gov.br>.
 2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: <luis.magalhaes@ipea.gov.br>.
 3. Pesquisadora na Diest/Ipea. *E-mail*: <carla.rodrigues@ipea.gov.br>.
 4. Pesquisador na Diest/Ipea. *E-mail*: <kolay.yannick@ipea.gov.br>.

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

André Tortato Rauhen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

**Assessora-chefe de Imprensa
e Comunicação**

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2020

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: J620; Z100; Z130.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2592>

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 CLASSE SOCIAL, ESTRUTURA DE CLASSE E TIPOLOGIAS DE ESTRUTURAS DE CLASSE: BREVE DISCUSSÃO DAS ABORDAGENS TEÓRICAS	9
3 CLASSE SOCIAL, ESTRUTURA DE CLASSE E TIPOLOGIAS DE ESTRUTURAS DE CLASSE: APLICAÇÕES EMPÍRICAS AO BRASIL.....	20
4 TIPOLOGIAS DE ESTRUTURAS DE CLASSE: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O CASO BRASILEIRO.....	25
5 TIPOLOGIAS DE ESTRUTURAS DE CLASSE: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
7 AGRADECIMENTOS	35
REFERÊNCIAS	35

SINOPSE

O objetivo deste trabalho é analisar diferentes propostas teóricas e metodológicas de tipologia da estrutura de classes, as métricas empíricas aplicadas ao Brasil e suas implicações para as políticas públicas. Discute-se, portanto, as principais vertentes teóricas que propuseram tipologias e métricas de construção de mapas de estrutura de classe. São analisadas as tipologias e as respectivas metodologias empíricas aplicadas ao caso brasileiro, proposta nos trabalhos de Santos (2002; 2015), Santos e Ribeiro (2016) e Souza e Carvalhaes (2014). A partir da avaliação crítica desses autores, é feita uma proposta metodológica inicial de elaboração de um mapa de estrutura de classe para o caso brasileiro.

Palavras-chave: sociedade brasileira; estratificação social; classe social; dinâmica econômica; mapa de classes.

ABSTRACT

The goal of this article is to analyse different theoretical and methodological approaches of classes structures typologies, the empirical metrics applied in Brazil and their implications on public policies. Therefore, it is discussed the main theoretical currents that proposed the typologies and the metrics for the construction of class structures maps. Typologies and empirical methodologies are analyzed and applied to Brazilian case, proposed in the work of Santos (2002; 2015), Santos and Ribeiro (2016) and Souza and Carvalhaes (2014). Based on the critic evaluation of these authors, an initial methodological proposal is done in order to elaborate a class structure map for the Brazilian case.

Keywords: Brazilian society; social stratification; social class; economic dynamic; class map.

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira tem sido marcada por um processo de desindustrialização precoce, segundo a literatura especializada (Palma, 2005; 2019; Oreiro e Feijó, 2010; Cano, 2012; Morceiro, 2012; Nassif, Bresser-Pereira e Feijó, 2018; Morceiro e Guilhoto, 2019). Embora esse processo não seja recente, podendo ser datado do início dos anos 1980, a desindustrialização voltou a se acelerar a partir de 2009. O valor adicionado bruto da indústria de transformação dividido pelo produto interno bruto (PIB) a preços básicos e constante de 2018¹ caiu de 19,7% para 11,3%, entre 1980 e 2018 (IEDI, 2019, p. 7). Um aspecto importante desse processo de desindustrialização é que ele não foi setorial e homogêneo na indústria brasileira, mas afetou particularmente os setores de média e alta tecnologia (Morceiro e Guilhoto, 2019, p. 19).

Uma das consequências da desindustrialização precoce é uma transformação do mercado de trabalho no país, com redução da ocupação em atividades de maior valor agregado, típicas da indústria de transformação e, ainda dentro desse setor, a redução relativa de ocupações naquelas indústrias de maior intensidade tecnológica. Esse processo não só muda a composição da oferta de emprego, mas também é um fator determinante para reconfigurar o mapa de estruturas de classes da sociedade brasileira.

A desindustrialização reduziu as ocupações ligadas à indústria de transformação, especialmente aquelas com maior qualificação e maiores salários. Em paralelo, o contingente de ocupações no setor de serviços aumentou. Os postos de trabalho no setor de serviços assumem a forma de trabalhadores por conta-própria (autotrabalho), formalizados ou não, trabalhadores em ocupações precarizadas² de baixos salários e de baixa qualificação, mesmo quando formalizados, e pequenos empreendedores com reduzido capital, ligados ao comércio e à venda de serviços. Portanto, o crescimento do emprego no setor de serviços ocorre pela criação de um conjunto de ocupações muito diferenciadas.

1. Morceiro (2012) defende que esse indicador é o mais apropriado para avaliar a ocorrência de processos de desindustrialização, em razão de captar a capacidade de a manufatura influenciar o crescimento do restante da economia.

2. Para uma discussão do trabalho precarizado e suas implicações para a estrutura de classe no caso brasileiro, ver Braga (2012).

Nesse sentido, o processo de desindustrialização foi um fator importante, embora não único,³ que contribuiu para a erosão da base tradicional de trabalhadores assalariados, no caso brasileiro, e para o surgimento, provisoriamente, do que se pode ser chamada de uma *pequena burguesia vulnerável*, a qual agrupa empreendedores com microempresas, muitas vezes precárias, e trabalhadores por conta-própria no setor de comércio e serviços, predominantemente de média e baixa qualificação, que sofrem potencialmente uma variabilidade grande da renda, em razão do ciclo econômico e das políticas econômicas adotadas.

Assim, o objetivo principal deste trabalho inicial é analisar diferentes propostas teóricas e metodológicas de tipologia da estrutura de classes, as métricas empíricas aplicadas ao Brasil e suas implicações para as políticas públicas. Discute-se, portanto, as principais vertentes teóricas que propuseram tipologias e métricas de construção de mapas de estrutura de classe, em especial as abordagens neoweberiana e neomarxista.

Mais especificamente, serão analisadas as tipologias e as respectivas metodologias empíricas aplicadas ao caso brasileiro, propostas nos trabalhos de Santos (2002; 2015), Santos e Ribeiro (2016) e Souza e Carvalhaes (2014), baseadas na abordagem neomarxista de Wright (1985; 1997) e de Ribeiro (2007; 2009), que parte do enfoque neoweberiano de Goldthorpe (1980; 2007) e seus colaboradores (Erickson e Goldthorpe, 1992). A partir da avaliação crítica desses autores, é feita uma proposta metodológica inicial de elaboração de um mapa de estrutura de classe para o caso.

Desse modo, este primeiro trabalho, partindo dos mapeamentos propostos por autores brasileiros, busca propor adaptações às tipologias da estrutura de classe existente, adaptações estas que possibilitem avaliar como a dinâmica de longo prazo da desindustrialização brasileira afetou as estruturas de classe e quais suas implicações para as políticas públicas, em razão das possíveis demandas dos novos grupos sociais que emergem da transformação produtiva da economia brasileira.

Além desta introdução, este estudo conta com mais cinco seções. A seção 2 faz um levantamento teórico, não exaustivo, sobre o conceito de classe social, descrevendo as principais correntes atuais na sociologia que abordam esse conceito, enfatizando as contribuições que propõem metodologias empíricas para elaboração de mapas de estrutura

3. Devem ser ainda agregadas as mudanças no mercado de trabalho em razão da adoção das novas tecnologias de informação, a perda do dinamismo do crescimento da economia brasileira e as novas formas de contratação de trabalho, como a terceirização e o trabalho intermitente.

de classe. A seção 3 apresenta, a partir da discussão feita na seção 2, a utilização dos esquemas de classe para a análise da sociedade brasileira. A seção 4 propõe uma metodologia de análise de classe a ser utilizada no Brasil. A seção 5 analisa as possibilidades de uso dos esquemas neoweberiano e neomarxista para as políticas públicas no Brasil. Por fim, nas considerações finais, são mostradas algumas linhas de pesquisa futura.

2 CLASSE SOCIAL, ESTRUTURA DE CLASSE E TIPOLOGIAS DE ESTRUTURAS DE CLASSE: BREVE DISCUSSÃO DAS ABORDAGENS TEÓRICAS

Há diferentes acepções do conceito de classe social na literatura especializada. Diante disso, cabe perguntar se esse conceito ainda é útil. Sem pretender abranger todo o conjunto do debate conceitual, esta seção aborda cinco perspectivas teóricas da análise da estrutura de classes: a perspectiva neomarxista, a neoweberiana, a neodurkheimiana, a bourdieuana e, por fim, a perspectiva pós-classista. Particularmente importantes para este trabalho são as abordagens neomarxista e neoweberiana, em razão de estas proporem metodologias para a construção de mapas empíricos de estrutura de classes.

A perspectiva pós-classe indaga se não seria melhor abandonar esse conceito e partir para outras classificações identitárias, geográficas ou econômicas. Pode-se pensar na diferença entre ricos e não ricos. Ou se privilegiar identidades de gênero ou de etnia. Ou a oposição entre urbano e rural. Ou a oposição entre regiões do mesmo país: os sultões ricos em contraste aos nordestinos pobres no Brasil; ou os estados industrializados dos Estados Unidos em oposição aos estados rurais. Há inúmeros sociólogos que pregam o abandono do conceito de classe, alegando que as comunidades de trabalhadores não mais formam agregados homogêneos em termos econômicos, políticos, sociais e culturais (Nisbet, 1959; Bauman, 1982; Hall e Jaques, 1989; Clark e Lipset, 1991; Clark, 1996; Pakulski e Walters, 1996; Hall, 2001; Beck, 2010; Pakulski, 2015).

Parte da literatura especializada advoga que, diante do fracasso das análises de classe social, poderia ser mais fecundo se centrar na crescente desigualdade social e de renda que se verifica desde a década de 1970 (Medeiros, 2005; Souza, 2018). Por todos os lados, desde a década de 1960, o tradicional conceito de classe social foi atacado, e autores de diferentes campos teóricos advogavam a criação de novas categorias para análise das relações sociais.

A perspectiva pós-classe se ancora particularmente em dois argumentos. O primeiro é que o desenvolvimento econômico proporcionado pelo capitalismo faz com que a classe social se constitua em uma categoria bem mais móvel do que outras formas de estratificação social. No sistema indiano de casta, um indivíduo está fadado a permanecer toda sua vida na mesma casta. O mesmo não acontece em um sistema de classe, que se caracteriza pela mobilidade social.

O segundo argumento é que o pertencimento a uma classe não significa que o indivíduo tenha a mesma visão de mundo dos outros membros. Nem todos os operários pensam igual, têm os mesmos gostos artísticos ou votam nos mesmos partidos. O mesmo pode ser dito das classes superiores. Os autores da perspectiva pós-classe advogam que outras identidades políticas estariam se tornando mais importantes do que a classe social, como identidades de gênero, raciais e participação em movimentos sociais, por exemplo.

Contra o primeiro argumento da perspectiva pós-classe, estudos mostram que, embora exista mobilidade social, ela é bem menor do que se advoga (Gacitúa-Marió e Woolcock, 2005). A maioria das pessoas nasce, cresce e morre na mesma classe social. O que caracteriza uma sociedade de classes é que as desigualdades sociais se reproduzem de uma geração para outra, ou seja, há barreiras para a mobilidade de classe intergeracional (Cavalli, 1997). Estas barreiras estão ligadas tanto ao sistema escolar, que *ensina* os indivíduos sobre como eles devem se portar em sua classe, como a barreiras cognitivas, que impedem que as classes sociais desprivilegiadas ascendam a posições mais valorizadas. Os membros de uma classe social privilegiada elaboram estratégias para que sua posição de classe se mantenha para seus descendentes. Essas estratégias estão ligadas à transferência de capital social, cultural e econômico para as futuras gerações.

Há considerável evidência de que a mobilidade social ascendente, que de fato existiu nos países industrializados durante o período dos trinta gloriosos (Lipset e Bendix, 1959), reduziu-se a partir da década de 1970 (Krugman, 2009; Stiglitz, 2013; Piketty, 2015; Goldthorpe, 2016). O que se pode verificar, no entanto, é a mobilidade horizontal mais significativa, com a rápida migração de postos de trabalho da indústria para o setor de serviços.⁴

4. Para uma avaliação crítica das possibilidades para o desenvolvimento econômico da expansão do setor de serviços em países que não completaram o processo de *catching up*, ver Atolia *et al.* (2018).

Contra o segundo argumento, diferentes correntes teóricas advogam que a classe é um grupo social que compartilha uma situação econômica similar. Esse compartilhamento faz com que a classe compartilhe uma visão do mundo semelhante (Bourdieu, 2006; Giddens e Sutton, 2015; Goldthorpe *et al.*, 1969; Sorensen, 2000). Além disso, as classes apresentariam posicionamentos políticos semelhantes, com as classes trabalhadoras tendendo a votar na esquerda e as classes médias e os ricos votando em partidos de direita (Lipset, 1963; Almeida, 2018). Portanto, a posição na estrutura da classe social ainda é determinante em muitos aspectos da vida humana.⁵ Como diz Wright (2015a, p. 201): “Classes são categorias sociais geradoras de experiências subjetivas importantes, modeladoras das identidades que as pessoas usam para situar estas categorias dentro de um sistema de estratificação econômica”.

Mesmo levando em conta as ponderações da perspectiva pós-classe, ainda consideramos a classe social como um dos conceitos essenciais em sociologia (Giddens e Sutton, 2015; Bottomore, 1978; Bottomore e Outhwaithe, 1996; Crompton, 2008; Goldthorpe, 2007). A divisão da sociedade em classes é um dos aspectos da estratificação social. Outras formas de estratificação social são possíveis, como a estratificação por castas ou por estamentos (Weber, 2009).

As demais perspectivas analisadas nesta seção compartilham da centralidade dada à noção de classe social. A segunda perspectiva analisada é a baseada em Bourdieu (2006), no livro *A distinção*, com primeira publicação de 1979. Analisando a sociedade francesa, o autor faz um mapeamento que salienta a existência de três classes: a burguesia, a classe média e a classe trabalhadora. Posteriormente, nos anos 1990, Bourdieu coordenou um estudo com pesquisadores de vários países do mundo, o qual continha entrevistas e histórias de vida dos estratos sociais extremamente pobres que estavam crescendo nos países desenvolvidos (Bourdieu, 2008).

De acordo com Crompton (2008), para Bourdieu, a análise de classes não pode ser reduzida à análise das relações econômicas; ela deve levar em conta as relações simbólicas estabelecidas entre as classes; portanto, deve ser uma análise relacional. Criticando a

5. “Não obstante, classe permanece um significativo e muitas vezes poderoso determinante de muitos aspectos da vida social. Fronteiras de classe, especialmente as de propriedade, continuam constituindo verdadeiras barreiras na vida das pessoas; a desigualdade na distribuição de ativos de capital tem consequências nos interesses materiais, empresas capitalistas continuam enfrentando problemas na extração do esforço do trabalho dos empregados despossuídos; e a posição de classe continua a ter um real, embora variável, impacto nas subjetividades individuais” (Wright, 2015b, tradução nossa).

teoria da estratificação social marxiana, que lhe parece essencialista, Bourdieu concebe as classes como *classes teóricas*, distribuídas em um sistema de posições sociais, se relacionando e condicionando mutuamente suas ações. Para o autor, há um conjunto de relações de força que condicionam os indivíduos a agirem de determinadas formas, a assumirem determinados estilos de vida e determinadas posições éticas e estéticas. Os atores manipulam as suas possibilidades de mobilidade utilizando os diferentes tipos de capital. A posse de ativos econômicos é primordial, no entanto, os bens simbólicos são definidores das classes sociais, uma vez que eles são utilizados como mecanismos de distinção entre as classes, o que é parte fundamental da sua identidade (Bourdieu, 1989).

Nesse sentido, as classes procuram se distinguir umas das outras em termos de consumo cultural, estilos de vida e visões de mundo. Neste jogo de distinções, as classes mobilizam três tipos de recursos: o capital econômico, o capital cultural e o capital social. Entendidos como a posse de recursos materiais e de propriedades intelectuais adquiridas desde a infância e a constituição de uma rede de relações interpessoais com membros da própria classe. A classe dominante determina o que é o nobre, o belo, a música de qualidade. A análise de Bourdieu está centrada na classe como uma entidade cultural (Savage, 2016). O sistema escolar serve para reproduzir as relações de classe, mostrando para cada indivíduo o seu lugar na sociedade.

Ao analisar a obra de Weber, Bourdieu rejeita a separação entre classe e *status*, defendendo que esta divisão separa o lado econômico (classe) e o lado simbólico da estratificação social. Esses dois conceitos, que são frequentemente antinômicos para fins analíticos, devem ser entendidos como os dois lados do mesmo fenômeno.⁶ Entretanto, a análise de Bourdieu é criticada por salientar excessivamente a reprodução da estrutura social existente, ou seja, há pouco espaço para a mobilidade social. As classes trabalhadoras estão condenadas a serem sempre subordinadas, e os detentores do capital econômico, social e cultural sempre vencerão o jogo social. Além disso, Bourdieu subestimaria a capacidade de agência e reflexividade das classes sociais, ou

6. "Ao que tudo indica, Weber opõe a classe e o grupo de *status* como dois tipos de unidades *reais* que se confundiriam de modo mais ou menos frequente, conforme o tipo de sociedade (...). Para restituir às análises weberianas toda sua força e alcance, antes é preciso reconhecer que os grupos de *status* e as classe constituem unidades *nominais* que podem restituir a realidade de modo mais ou menos completo segundo o tipo de unidade, mas que são sempre o resultado da opção de *acentuar o aspecto econômico ou o aspecto simbólico*, aspectos que sempre coexistem na realidade (...), uma vez que as distinções simbólicas são sempre secundárias em relação às diferenças econômicas que as primeiras exprimem, transfigurando-as" (Bourdieu, 2004, p. 14-15).

seja, os grupos não teriam condições de perceber a própria situação de classe e atuar para modificá-la (Crompton, 2008).⁷

A terceira abordagem sobre classes sociais é a neodurkheimiana. Émile Durkheim (1858-1917) relaciona a classe social com a inserção no mundo do trabalho. Enquanto Marx enfatizava a luta de classes, Durkheim (2015) apontava a solidariedade social como o elemento fundamental a ser destacado. O autor traça a distinção entre dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A solidariedade mecânica é típica das sociedades pré-modernas. Ela é baseada na similaridade dos indivíduos. Já a solidariedade orgânica é típica das sociedades modernas, nas quais existe uma complexa divisão do trabalho. Os homens são interdependentes, porque as ocupações são complementares. Cada ocupação é responsável por uma função dentro da sociedade, e todas essas funções se conectam na organização da sociedade.

Durkheim (2015) acreditava que a luta de classes era um fenômeno que caracterizava os primeiros estágios do capitalismo. À medida que a sociedade evolui, de forma que os trabalhadores possam desenvolver todas as suas potencialidades, a harmonia social se estabelece de forma natural.⁸

Durkheim entendia que, nas sociedades modernas, a religião e a família, antes as principais instituições que garantiam a coesão, havia perdido espaço. A divisão do trabalho assumia o protagonismo como principal elemento que agregava a sociedade, em virtude da interdependência de todos os indivíduos.

Com base na trilha aberta por Durkheim, Grusky rejeita os esquemas nominalistas de classe, ou seja, a noção de que os esquemas de classe devem ser criados antes da análise empírica (Weeden e Grusky, 2005; Grusky, 2015). O autor critica tanto os esquemas de classe neoweberianos quanto os esquemas neomarxistas. Ele advoga um esquema realista de classes, a identificação de classes sociais como entidades socioculturais formadas por

7. Uma aplicação prática dos pressupostos de Bourdieu foi a análise da sociedade britânica empreendida por Savage *et al.* (2013). No Brasil, o sociólogo Jessé de Souza também elaborou uma tipologia de classes sociais baseada na obra de Bourdieu.

8. "Inversamente podemos dizer, portanto, que a divisão do trabalho só produz a solidariedade se for espontânea. Mas por espontaneidade deve-se entender a ausência (...) de tudo que pode tolher (...) a livre expansão da força social que cada um traz em si. A espontaneidade supõe (...) que nenhum obstáculo, de qualquer natureza, os impeça de ocupar, no âmbito social, a posição proporcional a suas faculdades. Numa palavra, o trabalho só se divide espontaneamente se a sociedade for constituída de maneira que as desigualdades sociais exprimam exatamente as desigualdades naturais" (Durkheim, 2015).

grupos que compartilham as mesmas ocupações ou ocupações muito próximas e socialmente similares. Para Grusky, é preciso abandonar as análises nominalistas de classe em prol da identificação das microclasses existentes na sociedade, as quais são formadas por distintos grupos profissionais.⁹ Estes grupos podem ter uma atuação conjunta diante dos empregadores, bem como podem criar dificuldades para que outros indivíduos ingressem no seu grupo (Grusky, 2015). Defendendo o seu mapa de classe, o autor afirma que o seu modelo de classes é mais poderoso, teoricamente, do que os esquemas com grandes classes. Esse pensamento é contestado por outros autores.¹⁰

Uma crítica que se faz a essa perspectiva é que a estratificação social baseada em microclasses é pouco operacional, pois não permite comparações históricas e internacionais entre sociedades distintas (Ribeiro, 2007). Weeden e Grusky (2005) chegam a identificar 126 microclasses em sua cartografia de classes sociais. No limite, haveria tantas classes quanto ocupações, e a análise da dinâmica dessas microclasses ficaria prejudicada.

A quarta abordagem é a neomarxista. Na famosa passagem do Manifesto do Partido Comunista, Marx (1818-1883) deixa claro que a classe social é um fenômeno que atravessa a história: a história de toda sociedade até aqui é a história da luta de classes. O surgimento do capitalismo simplifica a história. Nesse sistema econômico, há apenas duas classes sociais relevantes, que estão destinadas a se confrontar: a burguesia e o proletariado. Ao analisar situações concretas, no entanto, a análise marxista é mais complexa. Ao descrever o golpe de Estado que levou Luís Napoleão ao poder na França em 1852, Marx analisa a atuação dos camponeses, da aristocracia financeira, da pequena burguesia, do Exército e do *lumpem* proletariado (Marx, 1988). Em situações concretas, a análise marxista é mais sofisticada.

9. "De fato, enquanto as grandes classes afetam os resultados nos níveis individuais através de mecanismos de ações racionais (...), as ocupações moldam os comportamentos mediante a adição das forças sociológicas da autosseleção, o recrutamento diferencial, a socialização e o fechamento interacional, todos esses mecanismos são ativados no contexto de categorias institucionalizadas. Consequentemente, as ocupações são, portanto, mais adequadas do que as grandes classes para a análise do micronível das explicações das atitudes e comportamentos individuais" (Weeden e Grusky, 2005, p. 143, tradução nossa).

10. Wright (2016) faz uma analogia entre os modelos de classe e os jogos. Há diferentes níveis de análise da eficácia de um modelo. Pode-se analisar o tipo de jogo que se joga, as regras desse jogo ou a forma como se joga o jogo (tática). O tipo de jogo que se joga é a opção política por um sistema econômico ou outro (capitalismo *versus* socialismo); a discussão sobre as regras do jogo é a luta por que tipo de capitalismo é mais adequado (capitalismo nórdico *versus* capitalismo anglo-saxão); e a luta tática é a decisão sobre como lutar dentro das regras do capitalismo em que se vive. O autor diz que é apenas nesse nível que o modelo de Grusky é superior.

De qualquer modo, as classes fundamentais são a burguesia e o proletariado. Todas as outras classes seriam residuais e estariam fadadas a desaparecer. A noção de exploração é essencial em Marx. A burguesia é a classe social detentora da propriedade dos meios de produção. O proletariado é a classe social cuja única propriedade é a sua força de trabalho. A riqueza da burguesia é decorrente do uso da força de trabalho do proletariado.¹¹ A noção de exploração não carrega em si uma conotação moral. A ideia é de que existe uma relação de “interdependência antagônica de interesses materiais” entre as classes sociais (Wright, 1997, p. 10) e de que o bem-estar de uma classe depende da privação de outra classe (Wright, 1985).

Essas previsões de Marx não se confirmaram. Não se verificou a piora das condições de vida da classe operária, conforme era previsto no esquema marxista de polarização da sociedade capitalista em duas classes sociais: capitalistas *versus* proletariado.¹² Além disso, uma das características mais marcantes do século XX foi a ascensão das classes médias não proprietárias, as quais ocupam posições especializadas e exercem posições de autoridade no ambiente de produção ou de serviços. Elas têm estilos de vida marcadamente diferentes da classe operária (Wright, 1956). Todas as perspectivas analisadas nesta seção ressaltam a importância dessa classe nas estruturas sociais modernas. A classe média ainda é um importante ator coletivo (Temin, 2018). Mesmo a perspectiva neomarxista reconhece a necessidade de integrar os estratos médios da sociedade, que não têm a propriedade dos meios de produção em seus esquemas de análise (Wright, 1997).

A perspectiva neomarxista de análise de estrutura de classe social tem como principal representante Erick Olin Wright, que, a partir das suas contribuições, reatualiza a abordagem marxista de classes sociais nas modernas sociedades capitalistas. Este sociólogo considera que a estratificação marxista de apenas duas classes é muito simplista para descrever a realidade das sociedades contemporâneas. Os dois elementos fundamentais para a compreensão das classes são a exploração e a dominação, que são inerentes às relações de produção nas sociedades capitalistas. Mais fundamental é a noção de exploração que se refere especificamente à relação

11. “A exploração caracteriza-se pelo fato de um grupo se beneficiar economicamente às custas de outro através da apropriação dos frutos do trabalho do grupo explorado. A apropriação dos frutos do trabalho de um grupo por outro grupo social representa o mecanismo causal que explica a tradução de exclusão do controle de recursos produtivos em situação de bem-estar diferenciado inverso entre as classes sociais” (Santos, 2002, p. 28-29).

12. As condições de vida do operário hoje são muito melhores que as descritas por Engels no século XIX. No entanto, a tese do aburguesamento da classe operária, ou seja, a ideia de que a melhoria das condições de vida faria com que o proletariado passasse a compartilhar a mesma visão de mundo da burguesia, não se verificou (Goldthorpe *et al.*, 1969).

entre classes sociais, sendo uma delas detentora de propriedade e as outras não. As relações de classe são vínculos em que um grupo social, detentor de meios de produção, usa o trabalho de outro grupo social para produzir riqueza. Resumidamente, o quadro 1 apresenta a tipologia básica de classes na sociedade capitalista elaborada por Wright (1997).

QUADRO 1
Tipologia básica de classe na sociedade capitalista

	Proprietários		Empregados		
Contrata trabalho	Capitalista	Gerentes especialistas	Gerentes não especialistas		Exerce autoridade
Não contrata trabalho	Pequena burguesia	Especialistas	Trabalhadores		Não exerce autoridade
		Possui qualificações escassas	Não especialista		Relação com autoridade
		Relação com qualificações escassas			

Fonte: Wright (1997, p. 24, tradução nossa).

A importância de Wright está, ainda, na análise empírica das distintas situações de classe. O autor elabora mapas de classes com distintas posições. Por ocuparem as mesmas posições, estas classes teriam os mesmos interesses econômicos. Wright elabora uma tipologia de classes contendo doze posições distintas – três delas compostas por proprietários dos meios de produção e nove compostas por não proprietários –, que vão desde a burguesia, que detém os meios de produção, em uma ponta, até os trabalhadores não qualificados (Wright, 1985; 1997). O quadro 2 mostra este esquema de classe.

QUADRO 2
Tipologia de classe mais complexa de classe na sociedade capitalista

		Relação com meios de produção				
		Proprietários	Empregados			
Número de empregados	Muitos	Capitalistas	Gerentes especializados	Gerentes qualificados	Gerentes não qualificados	Relação com exercício de autoridade
	Poucos	Pequenos empregadores	Supervisores especializados	Supervisores qualificados	Supervisores não qualificados	
	Nenhum	Pequena burguesia	Especialistas	Trabalhadores qualificados	Trabalhadores não qualificados	
			Especialistas	Qualificados	Não qualificados	
			Relação com qualificações escassas			

Fonte: Wright (1997).

O que torna o esquema de classes de Wright operacional é o reconhecimento de que as qualificações profissionais das distintas classes podem assegurar rendas diferenciadas para os seus ocupantes.

A última perspectiva analisada aqui é a neoweberiana. Não há uma teoria explícita de classe na obra de Weber (1864-1920). Ele se detém sobre o conceito de classe em uma breve passagem do livro *Economia e sociedade* (Weber, 2009). Segundo o autor, há três formas de estratificação da sociedade: a social, a econômica e pelo poder.

Quanto à primeira forma, a sociedade pode estratificar-se por meio do *status*, baseado no prestígio social (Chan e Goldthorpe, 2007; Salata, 2016). A ordem deste *status* é um sistema de relações em que alguns indivíduos são percebidos como superiores ou inferiores socialmente. Esta superioridade não está relacionada a qualidades pessoais de seus detentores, mas à *honra social* ligada às posições que eles ocupam (Chan e Goldthorpe, 2007). A ordem feudal era um sistema em que o *status* tinha um papel determinante, no qual os nobres tinham mais prestígio do que os servos do campo ou os burgueses na cidade. O capitalismo enfraquece o *status*, mas não o elimina. As classes sociais são vistas como entidades em que não existe relação de superioridade ou inferioridade. Quando as pessoas falam em barreiras de classe, na verdade elas estão se referindo a barreiras de *status* (Chan e Goldthorpe, 2007).

A segunda forma de estratificação é a econômica. Assim como Marx, Weber também relaciona a classe social com a situação econômica. A classe é uma das formas de estratificação social baseada na situação econômica dos indivíduos. Um grupo de pessoas constitui uma classe quando elas compartilham a mesma situação de mercado de trabalho e têm oportunidades de vida semelhantes.¹³ Para Weber, não é adequado falar em exploração das classes. É mais correto falar em dominação racional-legal de uma classe sobre outra. Nos conflitos do trabalho, a ênfase deve ser dada à racionalização e à eficiência. As condições de trabalho são reguladas por meio de regulamentos que preveem os limites da relação entre as classes.

13. "Na nossa terminologia, 'classes' não são comunidades: elas meramente representam possíveis e frequentes bases para a ação comunitária. Nós podemos falar de uma 'classe' quanto (1) um número de pessoas tem em comum um componente específico eventual em suas oportunidades de vida, enquanto (2) este componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos na posse de bens e oportunidades de renda, e (3) é representado sob as condições de mercadorias ou mercado de trabalho" (Weber, 2009 *apud* Wright e Gerth, 1958, p. 181).

Por fim, a terceira categoria se refere à forma como o poder político é disputado na sociedade. Usualmente, essa luta pelo poder ocorre por meio dos partidos.

A perspectiva neoweberiana, representada por Goldthorpe (2007), também vê a classe decorrente da posição de ocupação no mercado de trabalho.¹⁴ Não há, no entanto, a ênfase na exploração. As classes sociais seriam agregados de pessoas que têm chances típicas de mobilidade social semelhantes. A mobilidade social ascendente é um fato que caracterizou as sociedades capitalistas avançadas ao longo do século XX. O crescimento econômico dos anos 1930, pós-Segunda Guerra, deu origem a uma oferta de empregos de melhor qualidade, que excedia a taxa de reprodução da classe média. Havia mais empregos qualificados do que gente qualificada para preenchê-los. Filhos de operários podiam ascender a profissões de escritório. Neste cenário, a mobilidade social nos países avançados parecia um fato incontestável. A literatura sociológica nos anos 1950 e 1960 é pródiga em enfatizar a mobilidade social. Isto começa a se reverter a partir da década de 1970. Goldthorpe (2016) observa que, nas últimas décadas, esta mobilidade se reverteu.¹⁵

Uma primeira distinção a ser feita entre os grupos, na abordagem neoweberiana, é entre os empregadores, os autoempregados e os empregados. O pertencimento a uma classe social não necessariamente leva à percepção dos mesmos interesses e a formas de ação coletiva. Influenciado pela teoria da ação racional, Goldthorpe sustenta que as classes sociais racionalmente defendem seus interesses, e o resultado de sua interação se reflete nos contratos de trabalho firmados entre as partes.

14. É importante registrar que Goldthorpe nunca se assumiu como neoweberiano. O autor se reconhece como um sociólogo ligado à teoria da escolha racional. No entanto, a literatura sociológica o considera o maior representante da corrente neoweberiana (Wright, 1997; 2015b; Scalón, 1999; Ribeiro, 2007; Santos, 2002; Breen, 2015).

15. "O significado disso, então, é que uma situação está emergindo que é muito nova na história moderna da Grã-Bretanha, e que pode ter consequências sociopolíticas de longo prazo. Não há declínio da mobilidade no todo, ao contrário do que políticos e analistas tão frequentemente nos dizem. Porém, o que tem sido largamente negligenciado, é que as novas gerações de homens e mulheres atualmente enfrentam condições menos favoráveis de mobilidade do que seus pais – e seus avós: ou seja, é menos provável que eles experimentem a mobilidade ascendente e mais provável que eles vivam a mobilidade descendente" (Goldthorpe, 2016, p. 95-96, tradução nossa). Do original: "*What this means, then, is that a situation is emerging that is quite new in modern British history, and one that could have far-reaching sociopolitical consequences. There is no decline in mobility overall, contrary to what politicians and the commentarial so often tell us. But what is happening, and what has been largely overlooked, is that younger generations of men and women now face less favorable mobility prospects than did their parents – or their grandparents: that is, are less likely to experience upward mobility and more likely to experience downward mobility*".

Na década de 1980, Goldthorpe participou do projeto *Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations* (Análise Comparativa da Mobilidade Social em Nações Industrializadas). Como resultado, foi elaborado um mapa de classes sociais que, assim como o esquema marxista, leva em conta a relação com a propriedade para o estabelecimento da estratificação social, conhecido como esquema *Casmin*.

Na década de 1990, o governo inglês revisou as suas classificações sociais oficiais e passou a adotar categorias próximas àquelas propostas por Goldthorpe, já amplamente conhecidas. O censo do Reino Unido passou a adotar Classificação Nacional de Estatísticas Socioeconômicas (NS-SEC – National Statistics Socio-Economic Classification), baseada no modelo de Goldthorpe. Posteriormente, o modelo foi utilizado também em outros países. Esse esquema contempla sete posições de classe, nas quais a relação de emprego tem uma importância fundamental. O quadro 3 mostra o esquema de classe de Goldthorpe e sua relação com o emprego.

QUADRO 3

Categorias do esquema de classe e suas formas de regulação de emprego

Classe		Formas de regulação do emprego
I	Profissionais e gerentes, alto padrão.	Relação de serviço.
II	Profissionais e gerentes, padrão menor; técnicos, padrão alto.	Relação de serviço (modificada).
IIIa	Empregados não manuais de rotina, padrão alto.	Regulação mista.
IIIb	Empregados não manuais de rotina, padrão baixo.	Contrato de trabalho (modificado).
IVabc	Pequenos proprietários, empregadores e trabalhadores autoempregados.	-
V	Técnicos, Supervisores de baixo padrão de empregados manuais.	Regulação mista.
VI	Trabalhadores qualificados manuais.	Contrato de trabalho (modificado).
VIIa	Trabalhadores manuais sem qualificação (excluindo trabalhadores agrícolas).	Contrato de trabalho.
VIIb	Trabalhadores agrícolas.	Contrato de trabalho.

Fonte: Goldthorpe (2007, p. 104, tradução nossa).

Nesse esquema de classe, a forma de regulação de trabalho varia conforme as posições. Nas posições superiores, predominam o que o Goldthorpe (2007) chama de relações de serviço, ou seja, as relações de trabalho são mais flexíveis e, muitas vezes, os altos administradores têm participação acionária nas empresas em que trabalham. Os membros dessa classe social são detentores de conhecimentos e habilidades que os tornam valiosos para os empregadores. Existem planos de carreira e são desenvolvidos incentivos para que eles percebam o interesse da empresa como interesse próprio. Nas posições inferiores, os contratos de trabalho são mais rígidos e os empregos são facilmente trocados.

A literatura sociológica vê os esquemas de classe neomarxistas (Wright) e neoweberianos como bastante próximos (Scalon, 1999; Ribeiro, 2007; Santos, 2002). O próprio Erick Olin Wright reconhece a similitude entre o seu esquema de classe (neomarxista) e o de Goldthorpe.¹⁶ A noção de exploração, no entanto, que é central no esquema neomarxista, não é relevante no esquema neoweberiano. Além disso, os autores filiados à corrente neoweberiana dão muita ênfase à mobilidade social, ao passo que os neomarxistas analisam as relações entre as posições de classe. Há poucos estudos sobre mobilidade social que usam um referencial marxista.¹⁷

3 CLASSE SOCIAL, ESTRUTURA DE CLASSE E TIPOLOGIAS DE ESTRUTURAS DE CLASSE: APLICAÇÕES EMPÍRICAS AO BRASIL

Há distintos esquemas de estratificação social utilizados pelas ciências sociais no Brasil. Pode-se citar o esquema proposto por Souza (2009; 2018), inspirado nos trabalhos de Bourdieu – em especial, Bourdieu (2006); o esquema utilizado por Quadros (2008); o esquema neomarxista de Wright, adaptado ao Brasil por Santos (2002); e o esquema neoweberiano de Goldthorpe, utilizado por Ribeiro (2007) e por Scalon (1999).

Esta seção analisa os citados esquemas enfatizando as abordagens neoweberianas e neomarxistas. A priorização destas duas abordagens justifica-se por dois motivos: *i*) pelo fato de elas desenvolverem de forma mais acurada metodologias empíricas para a construção de mapas de estrutura de classes sociais; e *ii*) em virtude da existência de diversos trabalhos baseados nessas duas abordagens, os quais mensuraram uma tipologia de estrutura de classe aplicada ao Brasil (Scalon, 1999; Santos, 2002; Ribeiro, 2007; Souza e Carvalhaes, 2014; Santos e Ribeiro, 2016).

16. “As principais diferenças entre as análises de Goldthorpe e as adotadas aqui é que, em primeiro lugar, Goldthorpe não vincula sua análise dos empregos de classe de serviços ao problema da exploração e dos interesses antagônicos e, em segundo lugar, ele trata a dimensão da autoridade das posições gerenciais simplesmente em termos de aumento das responsabilidades, não de dominação. Não obstante, a conceitualização da estrutura de classes de Goldthorpe usa muitas das mesmas propriedades relacionais das posições de *experts* e gerenciais utilizadas na conceitualização adotada neste livro” (Whight, 1997, 25-26, tradução nossa). “As próprias categorias empíricas podem ser interpretadas em uma perspectiva weberiana ou de uma maneira híbrida. De fato, como um conjunto de categorias operacionais práticas, a matriz de estrutura de classe apresentada neste livro não difere dramaticamente da tipologia utilizada por Goldthorpe (1980) e Erickson e Goldthorpe (1993). Como é comum na sociologia, as categorias empíricas de análise são subdeterminadas pelos quadros teóricos nos quais as teorias são geradas e interpretadas” (Wright, 1997, p. 37, tradução nossa).

17. Wright (1997, cap. VI) reconhece isso, sendo o seu livro um dos poucos estudos neomarxistas que analisam a mobilidade social.

A primeira abordagem para analisar a sociedade brasileira é baseada em Pierre Bourdieu. A partir do trabalho desse autor, Souza (2009; 2018) elaborou uma tipologia que salienta quatro classes sociais no Brasil: os ricos, a classe média, os batalhadores e a ralé. Neste esquema simplificado de classes, a classe média está intrinsecamente ligada ao individualismo e à autonomia individual; os batalhadores brasileiros, influenciados pela ideologia da classe média, são os trabalhadores com pouca qualificação, os quais acreditam no empreendedorismo e experimentaram alguma mobilidade social nos últimos anos. A ralé seria formada pelo conjunto de despossuídos que não têm ativos produtivos e que não têm condições de se inserir no mercado de trabalho.

Essa abordagem salienta aspectos subjetivos das classes sociais, como gostos, consumo cultural, escolhas morais e dificuldades cognitivas da ralé. É dada ênfase à socialização das classes sociais, ou seja, o modo como as famílias preparam os filhos para, desde a infância, se inserirem no mundo social sabendo das limitações e possibilidades de sua situação. Baseado nessa corrente de pensamento, o Ipea desenvolveu o projeto Radiografias, um conjunto de entrevistas, realizadas em 2014 e 2015, feitas com mais de seiscentas pessoas de todo o Brasil pertencentes às quatro classes sociais aqui citadas. Nas entrevistas, foi feito um amplo levantamento das opiniões sobre política, costumes, religião, sexualidade, moralidade e outros temas. Esse material contém um rico potencial para entender a sociedade brasileira.

Apesar de esse projeto ser muito interessante, uma crítica que se pode fazer é sobre a dificuldade de se mensurar empiricamente os grupos sociais, pois não existe correspondência direta entre as classes sociais propostas por Jessé Souza (2009; 2018) e as categorias ocupacionais. A utilização de pesquisas como a PNAD, a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e os censos é pouco útil para a categorização proposta pelo autor. Por este motivo, este esquema nos parece pouco operacional e, ainda, de difícil reprodução com determinada periodicidade.

A segunda abordagem é a do economista Waldir Quadros (2008). Partindo da proposta elaborada por Carl Wright Mills, o autor criou uma tipologia que, com base na estrutura ocupacional das sociedades capitalistas, cria uma aproximação com o

conceito das classes sociais.¹⁸ Quadros (2008) elabora um mapa de classes contendo doze categorias. A tabela 1 mostra o número de trabalhadores em cada categoria no ano de 2006 utilizando esta metodologia.

TABELA 1
Estrutura ocupacional no Brasil (2006)

Grupos ocupacionais	Número de pessoas (mil)	Proporção (%) ¹	Renda média (R\$) ²
A-1 Empregadores com mais de dez empregados	504	0,58	6.619
A-2 Empregadores com até dez empregados	3.432	3,92	2.797
C Colarinhos brancos autônomos	4.792	5,47	1.469
D Colarinhos brancos assalariados	24.877	28,39	1.372
F Trabalhadores autônomos ³	9.592	10,95	672
G Trabalhadores assalariados	20.400	23,28	631
I Trabalhadores domésticos	6.716	7,66	368
J-1 Trabalhadores não remunerados urbanos	1.841	2,10	145
H-1 Proprietários conta-própria agrícolas	3.636	4,15	573
H-2 Trabalhadores autônomos agrícolas	402	0,46	363
H-3 Trabalhadores assalariados agrícolas	4.328	4,94	380
J-2 Trabalhadores não remunerados agrícolas	7.102	8,10	143
Ocupação ignorada	6	0,01	622
Total de ocupados⁴	87.628	100,00	918

Fonte: Quadros (2008, p. 4).

Notas: ¹ Na tabela original, Quadro (2008) não inseriu a coluna com a porcentagem.

² Valores em outubro de 2007. Deflator: Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) corrigido/pea.

³ Na tabela original, após a categoria D (colarinhos brancos assalariados) consta a coluna F (trabalhadores autônomos). Optamos por manter a nomenclatura de Quadros (2008).

⁴ Na tabela original, o número total de ocupados foi 87.629. Na nossa tabulação, o valor da conta é de 87.628. Optamos pela nossa contagem.

Apesar de essa abordagem ser muito interessante, não temos notícia de outros pesquisadores que a tenham aplicado no Brasil além de Quadros (2008). Ademais, essa abordagem não permite comparações internacionais.

A terceira abordagem é o mapa de classes, elaborado por Santos (2002), com base no esquema teórico e na metodologia neomarxista (Wright, 1985). Seguindo o modelo elaborado por Wright, Santos (2002) estabeleceu um mapa das posições de classe no

18. Quadros (2008, p. 2) diz que “se inspirou na forma como Wright Mills define e constrói a estrutura ocupacional de uma economia capitalista moderna para desenvolver uma estrutura equivalente para o Brasil”. A única obra de Wright Mills citada nas referências de Quadros (2008) é White Collar (Wright, 1956). Não encontramos em Quadros (2008) a estrutura ocupacional que serviu de modelo; apesar disso, optamos por manter a proposta desse autor neste estudo.

Brasil utilizando as PNADs. O resultado deste empreendimento está em sua tese de doutorado, a qual foi convertida em um livro (Santos, 2002). O autor propõe uma classificação socioeconômica por categorias empíricas e critérios operacionais contendo treze posições de classe (Santos, 2002, p. 38).

Em trabalho posterior, Santos (2015) propôs um novo esquema de classe contendo quatorze posições de classe. A distribuição da população entre categorias de classe, segundo o autor, pode ser vislumbrada na tabela 2.

TABELA 2
Distribuição da população entre as categorias de classe – Brasil (1992-2011)

Categoria de classe	1992	1995	2001	2002	2006	2011
Capitalista	0,54	0,6	0,66	0,58	0,68	0,58
Especialista autônomo	0,58	0,8	0,96	1,13	1,18	1,26
Gerente	2,25	2,46	2,67	2,79	2,75	2,47
Empregado especialista	2,52	2,51	3	3,57	4,13	5,07
Pequeno empregador	3,74	3,85	3,94	4	4,08	2,93
Autônomo com ativos	6,78	7,36	7,5	7,46	6,95	7,22
Autônomo agrícola	5,31	5,31	4,25	4,26	3,59	3,13
Empregado qualificado	3,95	3,98	4,38	7,33	7,58	7,72
Supervisor	1,68	1,37	1,22	1,78	1,58	1,43
Trabalhador típico	37	36,26	37,77	33,98	35,43	39,46
Trabalhador elementar	14,24	13,21	11,82	11,76	11,45	10,01
Autônomo precário	10,46	11,14	10,99	10,78	10,43	9,55
Empregado doméstico	7,97	8,75	8,9	8,74	8,57	7,78
Agrícola precário	2,98	2,39	1,95	1,83	1,6	1,39

Fonte: Santos (2015, p. 754, com base em dados da PNAD).

Nessa abordagem, a relação com a propriedade e as relações de autoridade entre as categorias de classe são determinantes. A categoria de empregado doméstico, ausente no modelo de Wright, foi inserida por Santos (2015) por conta da importância deste segmento na sociedade brasileira. A categoria autônomo precário abarca os trabalhadores sem qualificação, sem vínculo formal de emprego e que passam por grandes dificuldades materiais.

Outra abordagem para a construção de tipologias de estrutura social é a baseada no esquema de classe de Goldthorpe. Essa abordagem contempla sete classes sociais e tem como principal representante no Brasil Carlos Antonio Costa Ribeiro. Ribeiro (2007),

em seu livro, parte do esquema *Casmin*, utilizado em vários países do mundo e muito aplicado para comparações internacionais. O esquema, elaborado para a análise das sociedades industriais avançadas, pode não ser completamente adequado às sociedades de capitalismo retardatário, tendo em vista o fato de que a economia brasileira ainda apresenta setores industriais atrasados. Além disso, uma crítica que se pode fazer, tanto à perspectiva neomarxista quanto à neoweberiana, é que elas não conseguem captar a variação das relações entre setores econômicos.

Diante dessas críticas, ao aplicar o esquema *Casmin* para a sociedade brasileira, Ribeiro (2007) sugere adaptações ao modelo. O autor propõe duas adaptações ao esquema para poder captar as especificidades do Brasil. Em uma delas, há dez estratos e na outra, dezesseis. Pelo fato de estas adaptações não contrariarem o modelo original, a proposta de Ribeiro ainda serve para comparações com outros países. O quadro 4 mostra a adaptação do modelo à sociedade brasileira.

QUADRO 4
Esquema de classes e suas subdivisões

Esquema com 10 estratos	Esquema expandido (16 classes)	Esquema CASMIN 11 classes	Esquema CASMIN 7 classes
I Prof e Adm, nível alto	I Prof e Adm, nível alto	I Prof e Adm, nível alto	I+II Profissionais e Administradores
II Prof e Adm, nível baixo	II Prof e Adm, nível baixo	II Prof e Adm, nível baixo	
IIIa Não-man. Rot, nível alto	IIIa Não-man. Rot, nível alto	IIIa Não-man. Rot, nível alto	III Trabalhadores de Rotina Não-manual
IIIb Não-man. Rot, nível baixo	IIIb Não-man. Rot, nível baixo	IIIb Não-man. Rot, nível baixo	
IVab "Peq. Burguesia" (Peq. Prop.)	IVa Pequenos Propriet., empregadores	IVa Peq. Propriet., empregadores	IVab "Pequena Burguesia" (Peq. Proprietários)
	IVb Pequenos Propriet., sem empregados	IVb Peq. Propriet., sem empreg.	
V-VIa-VIIa2	V Técnicos e superv. do Trab. Manual	V Téc. e sup. do Trab. Man.	V+VI Trab. M. Quali., Tec, e sup.
	VIIa Trabalhadores Manuais Qualif., Ind. Moderna	VI Trabalhadores Manuais Qualif.	
VIIb-VIIa1	VIIb Trabalhadores Manuais Qualif., Ind. Tradicionais	VIIa Trabalhadores Manuais Não-qualif.	VIIa Trabalhadores Manuais Não-qualif.
	VIIc Trabalhadores Manuais Qualif., Serviços		
VIIc-VIIa4	VIIa2 Trabalhadores Manuais Não-qualif., Ind. Mod.		
	VIIa1 Trabalhadores Manuais Não-qualif., Ind. Trad.		
VIIa3	VIIa4 Trabalhadores Manuais Não-qualif., Ambulantes		
	VIIa3 Trabalhadores Manuais Não-qualif., Serv. Domest.		
IVc-VIIb	IVc1 Peq. Prop. Rurais, com empreg.	IVc1 Peq. Prop. Rurais, com empreg.	IVc1 Peq. Prop. Rurais, c/ emp.
	VIIb Trab. Manuais rurais	VIIb Trab. Manuais rurais	VIIb Trab. Manuais rurais

Fonte: Ribeiro (2007, p. 122).

A adaptação proposta por Ribeiro (2007) é interessante, pois ela pode expor a mobilidade de classe entre setores econômicos. A literatura sociológica mostra que existe diferença nas percepções do mundo entre trabalhadores da agricultura, da indústria e dos serviços (Wright, 1956; Lipset, 1963; Crompton, 2008; Gordon, 2016; Sennet, 2006). A consciência de pertencimento a uma classe tem mais possibilidade de ser desenvolvida em ambientes como a indústria, no qual os trabalhadores trabalham em interdependência, estabelecem laços coletivos e, muitas vezes, moram nas mesmas comunidades. E é mais difícil de ser formada em trabalhadores do setor de serviços, presos a uma ideologia individualista do empreendedorismo e da superação das dificuldades pelo esforço individual (Wright, 1956; Lipset, 1963). Como lembra Singer (2018, p. 96), “o olhar do indivíduo que ascende de maneira isolada pode se voltar mais para o lugar para o qual ele quer ir do que àquele do qual ele veio”.

Tanto o modelo neomarxista quanto o neoweberiano fogem da polarização entre capitalistas e trabalhadores, apontando a importância das camadas intermediárias, como gerentes, técnicos, empregados especialistas e administradores. Desta forma, os esquemas mostram a importância de habilidades específicas para assegurar uma renda diferencial. São estes segmentos que formam as classes médias nas sociedades capitalistas.

Outra crítica é que esses modelos não captam diferenciações existentes que não estão ligadas diretamente à situação econômica. A perspectiva pós-classe tem razão quando aponta que há outras clivagens que devem ser consideradas na análise sociológica e que, muitas vezes, são tão ou mais importantes para os indivíduos do que a classe social. A população negra, no Brasil e nos Estados Unidos, por exemplo, exhibe indicadores inferiores aos da população branca. As mulheres ganham menos no Brasil que os homens nos mesmos trabalhos. Qualquer esquema de classe que não leve em conta estes fatores sofre de miopia.

4 TIPOLOGIAS DE ESTRUTURAS DE CLASSE: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O CASO BRASILEIRO

Esta seção apresenta algumas indicações teórico-metodológicas para a construção de um mapa de classe baseado nos esquemas citados na seção 3, a ser desenvolvido em pesquisas futuras. Os diferentes esquemas de classe apresentados na seção 3 têm características em comum. Eles são esquemas nominalistas de classe, ou seja, todos eles

fazem uma análise *ex-ante*, propõem um esquema de classe e, posteriormente, classificam as informações empírica dos indivíduos e da pessoa de referência da família na tipologia de estrutura de classes. Além disso, eles partem da estrutura de ocupações para montar os seus mapas de classe, inclusive apresentam posições de classe que podem ter similaridades nas diferentes tipologias propostas para o caso brasileiro.¹⁹

Um ponto a ser destacado é que tanto o modelo neomarxista quanto o neoweberiano exigem adaptações para serem aplicados à realidade socioeconômica do Brasil, pois essa realidade é muito diferente da dos países desenvolvidos, nos quais as tipologias neomarxistas e neoweberianas foram inicialmente concebidas. Isto se torna mais verdade à medida que se avalia o peso que têm na estrutura ocupacional brasileira os trabalhadores que se declaram autoempregados (conta-própria).

A categoria autoempregados apresenta um conjunto de ocupações muito diferenciadas entre si em termos de posição de classe – por exemplo, profissionais liberais com habilidades credenciadas pela educação, trabalhadores informais e, ainda, trabalhadores com relações de assalariamento disfarçada. Portanto, o modelo de tipologia de classe aplicado ao caso brasileiro deve ser flexível para permitir comparações com outros países, mas deve captar dimensões importantes da realidade socioeconômica brasileira, as quais não se apresentam em países desenvolvidos.

Outro aspecto importante é que os modelos de tipologia de classes sociais devem atender aos critérios de exaustividade e exclusividade (Santos, 2005). O critério de exaustividade significa que todos os indivíduos devem estar inseridos em uma das posições de classe do mapa. A exclusividade implica que o indivíduo só pode ocupar uma posição nesse mapa. No entanto, esses critérios, quando confrontados com a realidade empírica, apresentam permeabilidade, pois um indivíduo pode apresentar diferentes fontes de rendas e ocupações – por exemplo, um médico que atende no seu consultório e, também, é empregado no serviço público de saúde. É o caso dos estratos superiores de certas camadas do antigo proletariado que dispõem de fundos de pensão. Seu interesse de classe, então, pode estar alinhado com o dos rentistas (Oliveira, 2003).

19. Por exemplo, pode-se intuir que a posição colarinho branco autônomo, de Quadros (2008), apresenta similaridades com a posição de profissionais e gerentes de alto padrão, do esquema *Casmin*, e com a posição empregado especialista, da tipologia de Santos (2002). Entretanto, seria necessário verificar os códigos das ocupações classificadas no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) usadas por cada autor para avaliar o grau de similaridade das posições de classe com cada tipologia de estrutura de classe social.

Mesmo reconhecendo a existência de interesses contraditórios na estrutura de classe, defende-se que qualquer modelo teórico implica certa simplificação da realidade. Desse modo, qualquer tipologia de estrutura de classe social não é isenta de posições contraditórias, pois elas podem compartilhar, simultaneamente, atributos relacionais de duas classes distintas (Santos, 2002, p. 38). Portanto, a classificação dos indivíduos ou da pessoa de referência da família em situações de posições contraditórias – que são constitutivas de uma sociedade capitalista – guarda algum grau de arbitrariedade, mas é possível estabelecer critérios para a classificação na tipologia de estrutura de classe social, como a renda que recebe como definidora da ocupação principal e, portanto, da relação de classe.

As propostas de tipologias de classes sociais baseadas nos esquemas neoweberianos e, particularmente, neomarxistas não são isentas de outras limitações.²⁰ O critério de qualificação e a certificação credencial pela educação não são intrinsecamente ligados à posição de classe, mas, antes, refletem oportunidades educacionais e do ciclo de vida dos indivíduos. Particularmente, o esquema de posições de classe neomarxista, à medida que considera atributos de qualificação e de posição hierárquica nas organizações, adiciona dimensões do conceito de exploração que não estão baseadas no controle de ativos produtivos.

Ademais, uma crítica relevante é que os mapas de posição de classe baseados nos esquemas neoweberianos e neomarxistas se baseiam em classificações de estruturas ocupacionais, que não necessariamente refletem grupos sociais estáveis, com nível semelhante de renda, estilos de vidas, valores morais e éticos e orientação política. Nesse sentido, esses esquemas de elaboração de tipologias de estrutura de classes não levam em consideração atributos simbólicos e culturais, conforme defende Bourdieu (1989; 2004; 2006), ou processos diferenciados de formação dos grupos sociais, que afetam a construção das identidades de classe (Crompton, 2008).

Mesmo com as limitações já referidas, as abordagens neoweberianas e neomarxistas – que, quando operacionalizadas empiricamente apresentam similitudes – são instrumentos importantes para a compreensão de fenômenos vinculados às múltiplas

20. Para uma crítica das tipologias de estrutura de classes, particularmente do esquema neomarxista de Wright, ver Santos (2002, p. 66).

dimensões das desigualdades sociais, que se refletem na distribuição de renda, no acesso à educação e à saúde, assim como nas expectativas de vida derivadas da mobilidade social vertical e horizontal. Isto é especialmente relevante em uma sociedade como a brasileira, com alto nível de desigualdades, as quais se reproduzem temporalmente.

Nesse sentido, as posições no mapa de estrutura de classe refletem a distribuição desigual dos recursos produtivos da sociedade, assim como as capacidades efetivas e potenciais de ação social por parte dos indivíduos que a compõem. Uma tipologia de estrutura de classes não só configura posições definidas na estrutura de relações técnicas de produção, mas também relações na divisão social do trabalho. Portanto, a posição na estrutura de classe afeta o indivíduo por meio do acesso a recursos produtivos, ao padrão de consumo e a oportunidades de vida (Santos, 2002, p. 28).

Desse modo, mapas de classes sociais fornecem informações importantes para a formulação de políticas públicas direcionadas a posições na estrutura de classes que são mais afetadas pelas desigualdades presentes na sociedade brasileira, assim como os efeitos do processo de redução das ocupações ligadas à indústria de transformação brasileira. O processo de desindustrialização recente impactou o mercado de trabalho e, conseqüentemente, teve efeitos, ainda pouco estudados, na mudança das posições de estrutura de classes no Brasil.

Mesmo com todas as limitações discutidas anteriormente, a elaboração de uma tipologia da estrutura de classes agrega informações relevantes para a formulação de políticas públicas. O desafio é estabelecer atributos conceitualmente fundamentados e com operacionalidade empírica para a construção de um mapa de posições de classe para o caso brasileiro, o qual aprimore as contribuições já feitas pela literatura especializada.

Baseada nos esquemas neomarxistas e neweberianos aplicados ao Brasil, especialmente por Santos (2002) e Ribeiro (2007), a tipologia proposta neste trabalho adota quatro atributos para classificar os indivíduos e a pessoa de referência da família: propriedade e/ou posse de ativos que geram renda na forma de lucro, juros e aluguéis; nível de qualificação e capacitação; grau de subordinação e controle na relação de trabalho; e, adicionalmente, variabilidade da renda do indivíduo ou da pessoa de referência da família.

A propriedade e/ou a posse de ativos que geram renda na forma de lucro, juros ou aluguéis é um atributo que permite classificar os indivíduos ou as pessoas de referência das famílias que controlam os meios físicos de produção, o controle da força de trabalho e o controle dos investimentos e da alocação de recursos na sociedade. Esse controle pode ocorrer em razão da propriedade econômica dos ativos (capitalistas) e/ou por sua posse (executivos e altos diretores). Um aspecto definidor de sua posição de classe é que esses indivíduos ou essas pessoas de referência das famílias têm um poder de veto em relação ao processo de crescimento econômico, pois controlam as decisões de investimento, portanto, a expansão do emprego e a renda.

O segundo atributo de classificação da posição na tipologia de estrutura de classes sociais é a qualificação e a capacitação, associadas aos níveis educacionais dos indivíduos e da pessoa de referência da família. Nesse atributo, entram as qualificações que dependem da educação para credenciar o exercício de determinadas profissões. No entanto, é possível que determinadas capacitações que qualificam a força de trabalho para o exercício de certas ocupações não necessariamente possam estar associadas a níveis mais altos de educação formal. Um exemplo seriam as habilidades para ocupações ligadas a atividades de tecnologia da informação (TI), que podem ser aprendidas no próprio trabalho, mas, nesses casos, o nível de educação pode limitar a progressão na carreira.

O grau de controle da autonomia no processo de trabalho e o nível de subordinação nesse processo são outros atributos para classificar os indivíduos e as pessoas de referência da família na tipologia de estrutura de classes sociais proposta neste trabalho. Esse atributo permite classificar ocupações pelo nível de autoridade dentro das relações sociais de trabalho.

Na esteira do processo de desindustrialização que caracteriza a economia brasileira desde os anos 1980, outro critério importante é o do setor produtivo. Uma análise diacrônica da estrutura de classe pode mostrar que, nos últimos quarenta anos, diminuiu a porcentagem dos trabalhadores empregados na indústria, ao passo que aumentou a porcentagem dos trabalhadores empregados no setor de serviços. Isto traz implicações profundas na formação da identidade dos trabalhadores.

Por fim, introduziu-se um critério de variabilidade da renda dos indivíduos ou da pessoa de referência da família para classificar no mapa de classes sociais.

Esse atributo tem uma função importante para ajudar a diferenciar de forma mais precisa a classificação da tipologia proposta um problema típico da estrutura socioeconômica brasileira: a existência de um amplo contingente da população em idade ativa que declara sua ocupação como por conta-própria/autoempregado. Essa classificação esconde situações em termos de posição de classe muito distintas, desde profissionais liberais até trabalhadores informais. A introdução da variabilidade da renda seria um atributo que permitiria discriminar as diferentes posições de classe nesse grupo social, que apresenta grande diferenciação socioeconômica.

O quadro 5 apresenta as posições na tipologia de estrutura de classe para o caso brasileiro, segundo os critérios teóricos-metodológicos discutidos anteriormente. A tipologia apresentada no quadro 5 permite a flexibilidade de agregação das posições tanto em meso e macroposições de classe como também com outras agregações que possibilitem a comparação com outras propostas de tipologias de estrutura de classe social.

QUADRO 5
Proposta de tipologia de classes sociais no Brasil

Categoria de classe	Crítérios teóricos-metodológicos
1 Capitalista	Proprietários e/ou com posse de ativos que rendem renda na forma de lucro, juros e aluguéis. Ausência de subordinação. Controle das decisões de investimento e de emprego. Renda elevada com reduzida variabilidade.
1.1. Agrícola	Proprietários e/ou com posse de propriedade agrícola de tamanho grande ou médio que empregam mão de obra.
1.2 Não agrícolas	Proprietários de ativos de capital na indústria, no comércio, serviços, inclusive financeiro.
1.2.1 Empresários	Proprietários de ativos de capital na indústria, comércio e serviços, inclusive financeiros, que empregam diretamente mão de obra.
1.2.2 Rentistas	Proprietários de ativos financeiros (renda variável e fixa) e de imóveis, que não empregam diretamente mão de obra, mas suas decisões de alocação de capital afetam o nível de emprego da mão de obra.
1.2.3 Altos executivos/diretores	Posse de ativos de capital na indústria, no comércio, serviços, inclusive financeiro, que empregam diretamente mão de obra. Alto nível de qualificação. Apresentam determinado grau de subordinação aos proprietários do ativo de capital. Parte da remuneração assalariada e parte atrelada aos lucros.
2 Pequeno capitalista	Proprietários de ativos agrícolas (pequenas propriedades) e não agrícolas que empregam um número reduzido de mão de obra. Apresentam maior variabilidade de renda. Ausência de subordinação.
3 Trabalhadores assalariados	Não tem propriedade ou posse de ativos. Renda do trabalho. Nível de salário, subordinação e qualificação variável.
3.1 Gerentes	Controle geral do processo de trabalho. Limitado controle sobre as decisões de investimento e de alocação de recursos. Salário e nível de qualificação educacional maior
3.2 Supervisores	Controle e supervisão direta sobre o processo de trabalho. Nenhum controle sobre as decisões de investimento e de alocação de recursos. Níveis de salário e qualificação intermediários entre os trabalhadores assalariados.

(Continua)

(Continuação)

Categoria de classe	Critérios teóricos-metodológicos
3.3 Empregados especializados	Maior nível de qualificação, inclusive educação credencial. Maior nível salarial e maior autonomia no processo de trabalho.
3.4 Empregados qualificados	Nível de educação e salários intermediários. Presença de subordinação.
3.5 Trabalhadores	Menor nível de educação e de salário. Presença de subordinação e controle.
3.6 Trabalhadores auxiliares	Menor nível de salário e de qualificação. Exercem tarefas auxiliares no processo de trabalho. Presença de controle e subordinação.
4 Trabalhadores por conta-própria/ Autônomos	Não apresentam relação formal de assalariamento e de subordinação. Variáveis níveis de renda, educação. Renda sujeita a maior variabilidade. Podem ser proprietários de ativos de baixo valor.
Agrícolas	Conta-própria/autoemprego no setor agrícola.
4.1.1 Precários	Ausência de qualificação. Alta variabilidade da renda. Desocupação sazonal.
4.1.2 Não precários	Nível de qualificação elevada ou média. Menor variabilidade de renda. Maior autonomia.
4.2 Não agrícolas	Conta-própria/autoemprego em setores não agrícolas, especialmente serviços.
4.2.1 Especialistas conta-própria	Alto nível de qualificação, sendo usual a presença de educação credencial. Renda elevada com relativa variabilidade. Ausência de subordinação e controle. Pode ser proprietário de ativos necessários para o exercício de sua qualificação.
4.1.2 Conta-própria precário	Alta variabilidade de renda. Ausência de propriedade de ativos. Baixa educação. Sem subordinação.
Conta-própria com ativos	Variabilidade média de renda. Propriedade de ativos de baixo valor. Educação média e baixa. Sem subordinação.
5. Empregados domésticos	Ocupação em atividades domésticas com salário e relação de trabalho formal ou informal ou, mesmo, sem remuneração. Subordinação. Baixa qualificação.
6. Desempregados	Sem ocupação.
6.1 Permanentes	Extenso período de desocupação. Baixa educação.
6.2 Não permanentes	Curto e médio período de desocupação. Níveis variáveis de educação.

Elaboração dos autores.

A tipologia da estrutura de classes apresentada no quadro 5, como é usual na elaboração desses mapas, não incorporou uma posição para estudantes e aposentados. O argumento é que os estudantes podem ser considerados uma pré-classe social, pois não estão inseridos em relações de produção. Esses indivíduos se caracterizariam como uma etapa de uma trajetória de posição na estrutura de classes sociais que vão assumir futuramente. Por sua vez, os indivíduos aposentados podem ser compreendidos como integrantes de uma pós-classe, ou seja, como parte da trajetória de posição de classe que integrou.

A tipologia aqui apresentada deriva diretamente das tipologias propostas por Santos (2002; 2015), de inspiração neomarxista, e por Ribeiro (2007; 2009), de

inspiração neweberiana. Cremos que esta tipologia mostra vantagens em relação aos modelos anteriores, por salientar a importância dos ativos educacionais, da renda e do setor da economia, nos quais os agentes estão inseridos. A elaboração dessa tipologia, contrastada com as três tipologias propostas na seção 3, pode contribuir para subsidiar a criação de políticas públicas com maior efetividade. Em trabalhos posteriores, pretende-se dar dimensão empírica à tipologia de classes aqui proposta e compará-la com as apresentadas na seção 3.

5 TIPOLOGIAS DE ESTRUTURAS DE CLASSE: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A análise da dinâmica social da sociedade brasileira é importante para a elaboração de políticas públicas de qualidade e focadas em grupos sociais específicos. Santos (2002) advoga a necessidade de sistemas de informações que ajudem a entender a realidade e a aperfeiçoar essas políticas, ao mesmo tempo que possibilitem comparações internacionais para avaliar sua eficiência e eficácia em relação a parâmetros internacionais.²¹ Esta dinâmica social não se reduz às flutuações do mercado de trabalho. A desindustrialização precoce, no caso brasileiro, ocorrida com um nível de renda reduzida em comparação com países desenvolvidos que se desindustrializaram, e o deslocamento dos postos de trabalho para os setores de serviço de baixa produtividade estão na raiz de vários fenômenos sociais novos que têm impactos políticos e sociais ainda pouco compreendidos. É importante integrar o conhecimento sociológico, da ciência política e da análise econômica para se entender as transformações estruturais pelas quais o Brasil passou nas duas primeiras décadas do século XXI.

21. Conforme afirma Santos (2002, p. 18): "Ao atualizar e aperfeiçoar a tipologia utilizada no livro *Estrutura de posições de classe no Brasil* (Santos, 2002), este trabalho transcende o interesse puramente acadêmico por intencionar colocar na agenda das estatísticas sociais do Brasil a construção de uma classificação socioeconômica nacional, na perspectiva sociológica de classe social, entendida como um instrumental analítico utilizado para monitorar a estrutura social, elucidar os condicionamentos que afetam o 'estado social' do país e avaliar o impacto das políticas sociais e econômicas nos diferentes grupos sociais. A consideração das políticas públicas, por exemplo, ao focalizar a questão do bem-estar social, não pode prescindir da compreensão dos fatores determinantes, das manifestações e consequências da desigualdade social. Nesse sentido, a iniciativa conecta-se, e busca estimular a conexão do Brasil, a uma nova tendência, particularmente das estatísticas sociais da União Europeia, de aproximação das abordagens sociológicas de conceituação e mensuração de classe social."

Países europeus elaboram sistematicamente mapas de classes para orientar suas políticas públicas. O sistema nacional de estatísticas do Reino Unido desenvolveu, a partir da década de 1970, mapas de classes sociais para avaliar indicadores de desigualdade de renda, acesso à saúde e à educação, assim como indicadores de mobilidade social horizontal e vertical. Essas informações dão indicações do bem-estar da população, direcionam recursos das políticas públicas e avaliam os efeitos nas diferentes posições da estrutura de classes sociais.

Nos anos 1990, o Reino Unido reviu seu esquema de classificação social e implementou um novo mapa de posições de classes sociais, conhecido como National Statistics Socio-Economic Classification (NS-SEC, chamado atualmente de NOS-SEC), que organiza essas informações. O mapa adotado pelo Reino Unido apresentava oito posições de classes analíticas e dezessete categorias operacionais, que podem ser reagrupadas em cinco e até três grandes classes analíticas. O esquema NOS-SEC aproveitou a experiência da pesquisa *Casmin*, baseada na abordagem neoweberiana liderada por Goldthorpe, assim como do programa de pesquisa neomarxista liderado por Wright.

O sucesso da experiência britânica incentivou a União Europeia a desenvolver o European Socio-economic Classification (ESeS), que permite análises comparativas entre os países europeus. Esse esquema conta com nove categorias de posições de classe social, que podem ser agrupadas em um conjunto de posições mais sintéticas: cinco e três posições de classe social. Essas informações têm sido utilizadas para avaliar iniciativas de políticas públicas da União Europeia que transcendem as fronteiras nacionais.

No caso brasileiro, diversos autores têm utilizado os mapas de classes para trabalhar com as dimensões da desigualdade brasileira, enfocando atributos educacionais, de gênero e étnicos. Um exemplo é o trabalho de Souza e Carvalhaes (2014), que analisa a contribuição da educação para a redução da desigualdade entre 2002 e 2011. As evidências obtidas pelos autores mostram que a melhoria dos níveis educacionais foi mais importante para redução da desigualdade no caso brasileiro que outros fatores intervenientes, os quais avançaram mais vagarosamente, que são captados pela estrutura de classes sociais.

Outra aplicação relevante dos mapas de estrutura de classes para a formulação de políticas públicas seria sistemática e temporalmente calcular os índices de mobilidade vertical e horizontal para a sociedade, aproveitando as informações geradas pela POF Contínua, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa informação transcende os dados de geração de emprego, a taxa de desocupação e o crescimento da renda em termos de uma indicação do dinamismo da sociedade brasileira, suas implicações para o bem-estar da população e o atendimento ou as frustrações das expectativas dos brasileiros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho faz uma revisão da literatura sobre a estratificação social, apresenta alguns mapas de classe atualmente utilizados no Brasil e propõe alguns aperfeiçoamento a eles.

Pesquisas futuras deverão dar conteúdo empírico à proposta de tipologia de estrutura de classe apresentada neste estudo. A continuidade da presente pesquisa tem como objetivo compreender a dinâmica da sociedade brasileira e, em especial, os efeitos da estrutura de classe dos deslocamentos de trabalhadores entre diferentes setores da economia, de forma a permitir a avaliação de indicadores de mobilidade social no Brasil.

Com base nos trabalhos futuros de natureza empírica, será possível desenhar mapas de classe gerados anualmente – com base nas PNADs Contínuas e em outras bases de dados disponíveis – que auxiliem o desenho e a implementação de políticas públicas de qualidade e custo reduzido. Mostramos aqui exemplos de mapas de classe que já são feitos em vários países europeus, mas que, pelos motivos elencados neste trabalho, não são totalmente adaptáveis à realidade brasileira. Portanto, este estudo é um primeiro ensaio para a elaboração de um futuro mapa de classes sociais para o Brasil, o qual possa ser elaborado com periodicidade pelo Ipea.

Em suma, este trabalho procurou fazer uma breve síntese crítica da discussão teórica e empírica da elaboração de mapas de estrutura de classes sociais, apresentar uma proposta de adaptação das tipologias de estrutura de classe existentes para o caso brasileiro e discutir sua relevância para ajudar a elaboração de políticas públicas.

7 AGRADECIMENTOS

Os seminários do Ipea são momentos importantes nos quais os textos são submetidos, analisados, dissecados, escrutinados, criticados e, caso tenham algum mérito, aprovados para publicação. Este texto para discussão passou por isso. Agradecemos aos pareceristas, Felix Lopes e Marco Natalino, pelos comentários e pelas sugestões que em muito melhoraram este texto. Agradecemos a todos os participantes do seminário pelas ideias e pelos comentários que também o enriqueceram. Participaram do seminário: Andre Rego Viana, Antonio Lassance, Cláudio Almitrano, Daniel Pitanguera de Avelino, Janine Melo, Leandro Couto, Roberto Rocha Pires Coelho e Ronaldo Coutinho Garcia. As sugestões dadas por eles contribuíram para deixar este texto aceitável. Agradecemos aos doutores Marcelo Berdet e Paulo Roberto Azevedo por seus comentários após a realização do seminário. Por fim, agradecemos à equipe de revisão do Editorial do Ipea pela leitura atenta, pelas sugestões de alteração, que tornaram o texto mais compreensível, e pelo escrutínio rigoroso das referências bibliográficas. Todos eles contribuíram muito para o aperfeiçoamento deste texto. Evidentemente, os eventuais equívocos são de responsabilidade exclusiva dos autores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C. **O voto do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- ATOLIA, M. *et al.* **Rethinking Development Policy**: deindustrialization, servicification and structural transformation. [s.l.]: IMF, 2018. (Working Paper, n. 18/223).
- BAUMAN, Z. **Memories of class**. Abingdon: Ed. Routledge, 1982.
- BECK, U. **Sociedade de risco**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BOTTOMORE, T. **As classes na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BOTTOMORE, T.; OUTHWAITHE, W. **Dicionário do pensamento social no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- BOURDIEU, P. Espaço social e gênese de classe. *In*: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. Condição de classe e posição de classe. *In*: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. **A distinção**. Porto Alegre: Zouk, 2006.

- _____. (Coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRAGA, R. **A política do precariado**. São Paulo, Boitempo, 2012.
- BREEN, R. Fundamentos de uma análise de classe neweberiana. *In*: WRIGHT, E. O. **Análise de classes**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp, 2012. (Texto para Discussão, n. 200).
- CAVALLI, A. Classe (Verbetes). *In*: BOBBIO, N.; MATIUTTI, N.; PASQUINO, E. G. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1997.
- CHAN, T. W.; GOLDTHORPE, J. Class and status: the conceptual distinction and its empirical relevance. **American Sociological Review**, v. 72, n. 4, p. 512-532, 2007.
- CLARK, T. N.; LIPSET, S. M. Are social class dying? **International Sociology**, v. 6, n. 4, p. 397-410, 1991.
- CROMPTON, R. **Class & stratification**. Cambridge: Polity, 2008.
- DURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- ERICKSON, R.; GOLDTHORPE, J. **The constant flux: a study of class mobility in industrial societies**. Oxônia: Oxford University Press, 1992.
- GACITUÁ-MARIÓ, E.; WOOLCOCK, M. **Exclusão social e mobilidade do Brasil**. Brasília: Ipea, 2005.
- GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Unesp, 2015.
- GOLDTHORPE, J. **Social mobility and class structure in modern Britain**. Oxônia: Oxford University Press, 1980.
- _____. **On sociology**. Califônia: Stanford University Press, 2007. v. 2.
- _____. Social class mobility in modern Britain: changing structure, constant process. **Journal of the British Academy**, v. 4, p. 89-111, 2016.
- GOLDTHORPE, J. *et al.* **The affluent worker in the class structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- GORDON, R. **Rise and fall of American growth**. Princeton University Press, 2016.
- GRUSKY, D. Fundamentos de uma análise de classe neodurkheimiana. *In*: WRIGHT, E. O. **Análise de classes**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HALL, S. The meaning of new times. *In*: GRUSKY, D. B. **Social stratification: Class, race and gender in sociological perspective**. Editora Boulder, 2001.

HALL, S.; JAKES, M. *New Times*. **The changing face of the politics in the 1990s**. Londres: Lawrence & Wishart, 1989.

IEDI – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Desindustrialização setorial no Brasil**. [s.l.]: Iedi, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2QuvLLZ>>.

KRUGMAN, P. **The conscience of a liberal**. New York: W. W. Norton & Company, 2009.

LIPSET, S. M. **Political man: the social bases of politics**. [s.l.]: Inchor Book, 1963.

LIPSET, S. M.; BENDIX, R. **Social mobility in industrial society**. Berkeley: University of California Press, 1959.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Nova Fronteira, 1988. (Coleção Os Pensadores – Marx, v. II.).

MEDEIROS, M. **O que faz os ricos?** São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

MORCEIRO, P. C. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012. Disponível em <<https://bit.ly/32MTLYl>>.

MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. **Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira**. São Paulo: Nereus, 2019.

NASSIF, A.; BRESSER-PEREIRA, L. C.; FEIJÓ, C. The case for reindustrialization in developing countries: towards the connection between the macroeconomic regime and the industrial policy in Brazil. **Cambridge Journal of Economics**, v. 42, n. 2, p. 355-381, 2018.

NISBET, R. The decline and fall of social class. **Pacific Sociological Review**, v. 2, n. 1, p. 11-17, 1959.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista e o ornotorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

PAKULSKI, J.; WATERS, M. The reshaping and dissolution of social class in advanced society. **Theory and Society**, n. 25, n. 5, p. 667-691, 1996.

PAKULSKI, J. Fundamentos de uma análise pós-classe. *In*: WRIGHT, E. O. **Análise de classes**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

PALMA, J. G. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”. *In*: CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2005, São Paulo. São Paulo: Fiesp e Iedi, 2005. Disponível em <<https://bit.ly/2CKHokS>>.

_____. Desindustrialización, desindustrialización “premature” y “syndrome holandes”. **El trimestre económico**, v. 86, n. 344, p. 901-966, 2019.

PIKETTY, T. **Capital in the twenty-first century**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

QUADROS, W. **A evolução da estrutura social brasileira**. Campinas: IE/Unicamp, nov. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/308gT1U>>. (Texto para Discussão, n. 147).

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Edusc/Anpocs, 2007.

_____. **Desigualdade de oportunidades no Brasil**. Paraná: Editora Argumentum, 2009.

SALATA, A. R. Uma nova abordagem empírica para a hierarquia de *status* no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, 2016.

SANTOS, J. A. F. **Estrutura e posições de classe no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.

_____. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

_____. Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de *status* social. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 749-772, 2015.

SANTOS, J. A. F.; RIBEIRO, L.V. F. Emprego, estratificação e desigualdade. **Estudos Avançados**, n. 30, v. 87, p. 89-102, 2016.

SAVAGE, M. The fall and rise of class analysis in British sociology, 1950-2016. **Tempo Social**, v. 28, n. 2, p. 57-72, 2016.

SAVAGE, M. *et. al.* A new model of social class? Findings from the BBC's great British class survey experiment. **Sociology**, v. 47, n. 2, p. 219-250, 2013.

SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro, Iuperj/Revan, 1999.

SENNET, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SINGER, A. **O lulismo em crise**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

SORENSEN, A. B. Toward a sounder basis for class analysis. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 6, p. 1523-1558, 2000.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **A classe média no espelho**. Rio de Janeiro: Editora Estação Brasil, 2018.

- SOUZA, P. H. G. F. **Uma história de desigualdade**. São Paulo: Hucitec Editora, 2018.
- SOUZA, P. H. G. F.; CARVALHAES, F. A. O. Estrutura de classes, educação e queda da desigualdade de renda (2002-2011). **Dados Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 57, n. 1, p. 101-128, 2014.
- STIGLITZ, J. E. **The price of inequality**. New York: W. W. Norton Company, 2013.
- TEMIN, P. **The vanishing middle class**. Cambridge: MIT Press, 2018.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora: UnB, 2009. v. 2.
- WEEDEN, K. A.; GRUSKY, D. B. The case for a new class map. **American Journal of Sociology**, v. 111, n. 1, p. 141-212, 2005.
- WRIGHT, E. O. **Classes**. Londres: Verso, 1985.
- _____. **Class counts: comparative studies in class analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- _____. **Análise de classes**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015a.
- _____. **Understanding class**. Rio de Janeiro: Editora Verso, 2015b.
- WRIGHT, C. M. **White collar**. Oxônia: Oxford University Press, 1956.
- WRIGHT, C. M.; GERTH, H. H. **From Max Weber: essays in sociology**. Oxônia: Oxford University Press, 1958.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Amanda Ramos Marques

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Hellen Pereira de Oliveira Fonseca (estagiária)

Ingrid Verena Sampaio Cerqueira Sodré (estagiária)

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



ISSN 1415-4765

